

# A AÇÃO DOCENTE PELOS CAMINHOS DA HISTÓRIA DO TELENSINO NO CEARÁ<sup>1</sup>

(THE ACTION TEACHING FOR THE WAY OF THE HISTORY OF THE TELETEACHING IN CEARÁ)

ISABEL MARIA SABINO DE FARIAS<sup>2</sup>

## RESUMO

*O artigo discute as implicações, no Ceará, do telensino. Sistema multimeio de ensino regular fundamental de 5ª a 8ª séries que tem na televisão o componente responsável pela transmissão do conteúdo curricular e sua atividade pedagógica, de natureza polivalente, gerenciada por um profissional da educação concebido como um orientador de aprendizagem.*

**Palavras-chave:** Televisão – Orientador de Aprendizagem – Saber Curricular -

## ABSTRACT

*The article discusses the implications, in Ceará, the teleteaching. Multimeans system of fundamental teaching from the 5th to 8th grades which has on television the curricular component responsible for the transmission of the curricular content and pedagogical activity, of polivalent feature, managed by na education professional conceived as a learning counselor.*

**Keywords:** Television - Learning Counselor - Curricular Knowledge

## INTRODUÇÃO

Este artigo ressalta a ação docente no contexto da construção histórica do telensino no Ceará. No intuito de configurar a problemática da ação docente no telensino busca-se evidenciar alguns elementos de sua institucionalização, de sua adaptação, de seu crescimento e do desenvolvimento de sua proposta educativo-pedagógica em relação às transformações do contexto sociopolítico.

Um ponto que merece ser ressaltado refere-se às fontes utilizadas para caracterizar esse contexto histórico. A pontualidade das narrativas existentes acerca da vida sociopolítica e educacional do telensino cearense, além de seu reduzido volume, indicou a necessidade de explorar também relatos de experiência de sujeitos com vivência histórica nessa modalidade educativa. Dessa forma, muitos dos momentos reconstruídos reportam-se às falas, aos pontos de vista desses autores sociais. A esse respeito vale destacar o fato de que os relatos colhidos privilegiaram sujeitos diretamente envolvidos nesse processo e com uma experiência significativa, em termos de tempo e contribuição.

Desse modo, buscou-se compor um contorno histórico-educacional do telensino cearense referenciando sua emergência ao contexto mais amplo, isto é, a alguns indicadores conjunturais que marcam sua evolução. Este contorno explicita o contexto sociohistórico em que o telensino foi gestado e sua

<sup>1</sup> Este artigo sintetiza um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada *A Atividade Docente no Telensino - Um Estudo dos Saberes Mobilizados na Prática Pedagógica do Orientador de Aprendizagem*, apresentado à UFC em dezembro de 1997.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual do Ceará. Doutoranda em Educação

proposta pedagógica, enfocando-se as diretrizes filosóficas, a metodologia conforme a organização curricular via televisão e a atividade docente no ensino televisivo. Estes referenciais são trabalhados no interior de dois contextos: o período compreendido entre a fundação do sistema (1974) e a década de 80 e os anos 90. Esta divisão, além de se apresentar como uma forma esquemática para facilitar a exposição, deriva do entendimento que distingue momentos diferentes, nos quais se verificam construções significativas na história do telensino cearense.

## PUXANDO O FIO DA MEADA...

O telensino, modalidade de ensino regular de 1º grau maior via televisão, constitui um segmento da Teleducação concretizado através da TV Educativa. Esse sistema de ensino foi implantado no Ceará em 1974, entretanto, sua gestação remonta à década anterior. No contexto internacional, assistia-se, nos anos sessenta, à preponderância da influência norte-americana na América Latina e a Revolução Cubana como exemplo de insurreição a este imperialismo. No Brasil viviam-se momentos de grande efervescência política, momentos estes dicotomizados por dois projetos distintos: necessidade de optar por um “modelo econômico socialista” ou por um “modelo de desenvolvimento interdependente”. Os conflitos e as contradições entre esses dois projetos de organização social desembocaram no golpe militar de 64, engendrando um processo de coerção (nos termos gramscianos) da sociedade civil.

Este estado coercitivo imposto pelo Estado militar-civil, visando difundir a concepção de mundo adequada ao capitalismo monopolista multinacional e associado, recorreu a técnicas repressivas e ideológicas, principalmente no setor educacional. Para tanto, estrategicamente, o governo golpista realiza diversos acordos entre MEC/USAID.<sup>3</sup> No campo educacional, os acordos assinados com os Estados Unidos, objetivando a modernização e racionalização das ações brasileiras nessa área, desloca o eixo

das atenções, antes centrado sobre a ênfase nas necessidades individuais da tendência progressivista ou sobre as intenções emancipadoras das orientações críticas, para a eficiência do processo pedagógico.

Assim, sob a força coercitiva da doutrina da segurança nacional, instaurou-se a tendência tecnicista como concepção pedagógica da educação brasileira, oficializada, posteriormente, sob a égide da Lei 5692/71. Esta concepção pedagógica, assentada na força da racionalidade, do planejamento, procurou construir a ação educativa escolar à semelhança da produção industrial, onde o trabalhador se submete ao trabalho. Tal pensamento de organização da ação educativa escolar acreditava ser possível assegurar a eficiência e produtividade do processo pedagógico, independentemente dos sujeitos da educação (Saviani, 1984).

Foi no interior desse contexto que a implantação das TVs educativas no Brasil foram impulsionadas.<sup>4</sup> Vislumbrava-se nesse momento, nacionalmente, a TV educativa como suporte alternativo à demanda de democratização da escola. Urgia expandir a rede pública de ensino de 1º grau e a TV educativa apresentava-se como uma estratégia adequada para suprir essa necessidade mediante a concepção de mundo em vigor. Assim, uma vez “proclamada” a democratização da escola pela via do acesso, a TV educativa brasileira foi impulsionada, principalmente, no final dos anos sessenta e durante a primeira metade dos anos setenta. No Ceará, essa iniciativa registrou seus primeiros passos nos idos de 1966, quando o Estado requereu ao CONTEL (Conselho Nacional de Teleducação) a concessão de um canal de televisão para fins educativos,<sup>5</sup> solicitação atendida em abril de 1970, quando a TVE-Canal 5 recebeu sua *certidão de nascimento*.

Esses fatos, por si, não retratam o espaço de tempo vivido e, portanto, de história, entre o nascimento legal e a concepção e implantação da TVE cearense. Com certeza, esse espaço de tempo tem muito a dizer. Afinal, não se constrói a estrutura de uma TV educativa do dia para a noite. A construção

<sup>3</sup> A USAID - United States Agency for International Development - configura-se, historicamente, como a estratégia americana adotada para administrar a assistência técnica, financeira e militar dada pelos Estados Unidos na tentativa de recompor sua hegemonia perante os países em desenvolvimento, particularmente aqueles do Terceiro Mundo, após a Revolução Cubana (Cf. Cunha e Góes, 1989; Moreira, 1990).

<sup>4</sup> Exemplo concreto desse fato percebe-se ao percorrer a cronologia de implantação de algumas TVs educativas por diversos Estados brasileiros: em 1967, a TV Educativa da Universidade de São Paulo; em 1968, a Televisão Universitária de Pernambuco; em 1969, a TVE do Maranhão; em 1971, a TVE do Amazonas (Cf. Campos, 1983).

<sup>5</sup> Essa Solicitação foi feita em 21 de março daquele ano, através do processo n.º 11.298, pedindo um canal VHF. O Estado cearense, nessa época, era representado pelo coronel Virgílio Távora e por Joaquim de Figueiredo Corrêa, secretário de educação.

é feita no labor solidário de pequenas e grandes ações, de expressivos e anônimos autores. Como terá sido construído o dia-a-dia que antecedeu a estruturação física, política, filosófica e pedagógica do ensino regular via televisão no Ceará? Que interrogações circulavam entre aqueles primeiros autores que sistematizaram essa proposta? Como tudo aconteceu?

É nos relatos de experiência dos sujeitos históricos que viveram esse momento de criação e implantação da Televisão Educativa do Ceará que é possível encontrar esses “detalhes” que, via de regra, não costumam ser destacados. Todavia, estes são de relevante valor se considerada a vivacidade que eles trazem aos fatos mediante a sinalização de seu significado histórico, conforme o vivido pelos autores-construtores desse momento. O depoimento da Secretária de Educação da época em que foi implantada a TV Educativa do Ceará (1974), prof<sup>a</sup>. Maria Antonieta Cals, é bastante indicativo desse começo:

*Essa TV nasceu (...) o canal foi concedido no tempo do governador Plácido Castelo, mas foi com o governador César Cals que, entusiasmado (grifo nosso) com a TV voltada para a educação, nos pediu para coordenar o projeto de implantação dessa TV. Então, coincidia, naquela época, com a implantação da Lei 5.692/71 que obrigava as escolas a prolongarem os estudos do ensino de 1º grau até a 8ª série. Então, estudando essa problemática do Estado, nós sentimos que havia uma carência enorme de pessoal qualificado para cumprir esse objetivo da lei. Foi aí que a TV, como instrumento formidável de penetração à distância, serviu para que nós encontrássemos a solução.<sup>6</sup>*

A fala da professora Rita Facó, uma das educadoras,<sup>7</sup> presente na primeira equipe que fundou o telensino, complementa o dado acima:

*O sistema foi criado em 1974 e a preparação dele foi em 1973. A decisão de implantar o sistema, a televisão no Estado do Ceará, foi uma decisão governamental*

*(grifo nosso). Ele foi criado exatamente na época do chamado milagre brasileiro, onde se cantava em verso e prosa as maravilhas que era a tecnologia da teleducação em todo o mundo. Nós estávamos com algumas experiências em alguns Estados do Brasil na época, sobretudo, nós tínhamos como ponto de referência a experiência do Maranhão. O Maranhão já trabalhava numa linha de utilizar o sistema de teleducação como um sistema de ensino.*

As falas acima evidenciam o paradoxal surgimento da TVE no Ceará: de um lado, a necessidade de estender o acesso ao ensino de 1º grau; de outro, a necessidade do Estado, naquele momento, de propagar sua concepção de mundo. Era preciso adequar, no cumprimento da lei, essas duas necessidades. Diante desse quadro, a televisão educativa configurou-se como um instrumento adequado à ideologia política e pedagógica imposta pela doutrina da segurança nacional; adequado na medida em que favorecia o direcionamento das preocupações educativas para a eficiência do processo pedagógico, expressado no parcelamento de suas atividades, separando, assim, a execução da ação educativa de sua concepção. Essa separação materializava-se na divisão do trabalho educativo, situando, de um lado, os técnicos especialistas que concebem a ação educativa (os fins, conteúdos e método); de outro, os docentes que cuidam da operacionalização da ação concebida pelos especialistas.<sup>8</sup>

Portanto, foi cercada por estes acontecimentos nada fortuitos que a TV Educativa do Ceará começou a ser produzida dia-a-dia. A primeira iniciativa, segundo a Secretária de Educação, na época, foi a formação de uma equipe constituída de técnicos em educação e especialistas em televisão:

*Formou-se um grupo de estudo que passou a pensar no equipamento, no planejamento, no prédio e, depois, sobretudo, na parte pedagógica que era para nós um grande desafio. O prédio foi pensado, exatamente, num de dois andares; o equipamento, depois de uma*

<sup>6</sup> Plácido Castelo, juntamente com Humberto Ellery, governou o Estado do Ceará no período de 03/67 a 03/71. César Cals sucedeu-lhe o mandato, ficando à frente do governo até março de 1975.

<sup>7</sup> Esta professora atuava como professora-autora. Os professores-autores são os responsáveis pela organização e produção dos módulos de cada área, de acordo com sua habilitação (Campos, 1983).

<sup>8</sup> A respeito da separação entre concepção e execução do ato educativo ver Freitas (1993).

*série de verificações, o governo optou por um modelo francês; e nós, que coordenávamos o conjunto, nos dedicamos, muito especialmente, à parte pedagógica.*

Composta a equipe pedagógica,<sup>9</sup> um primeiro desafio foi a definição do âmbito da ação da televisão educativa do Ceará. Este problema, segundo a professora Rita Facó foi assim resolvido:

*Bom, nós fizemos algumas pesquisas naquela época, não foram pesquisas muito precisas porque nós tínhamos pouquíssimo tempo, o governador queria implantar o sistema antes de deixar o governo. Então, nós verificamos que, econômica e educacionalmente para o Estado, o melhor seria que nós fizéssemos como o Maranhão, que nós atuássemos no ensino de 5ª a 8ª série para dar terminalidade onde não era possível essa terminalidade chegar pelas vias convencionais.*

Ao fazer esse esclarecimento, a professora resalta que esse é um ponto muito importante sobre a TVE cearense: a intenção primeira (pelo menos daquela equipe) de sua criação. Diz ela: *a TVE cearense não foi criada para ser "o" sistema educacional do Estado; ela foi criada para ser mais uma opção educacional dentro do Estado.* Essa ressalva também é feita por Campos (1983), quando afirma que a Televisão Educativa do Ceará, no momento de sua implantação, teve como primeiro objetivo a formação integral da juventude cearense, principalmente daquela que vive nos mais longínquos recantos do Estado. Essa meta visava atender às solicitações de ensino no 1º grau maior onde a implementação do ensino convencional era dificultada pela carência de professores habilitados.

Assim, em 1974, quando os coronéis eram a força absoluta no Estado do Ceará, mais precisa-

mente sob o governo do coronel César Cals Filho, a TVE Canal 5 inicia suas atividades teleeducativas.<sup>10</sup> Foi na esteira de todo esse contexto sociopolítico e no quadro das preocupações de uma equipe de trabalho bem intencionada que a experiência teleducativa cearense surgiu, classificada na categoria "projetos experimentais"<sup>11</sup> tendo sido aprovada pelo Parecer n.º 760/74 do Conselho Estadual de Educação.

No seu primeiro ano, a TVE do Ceará atendeu a 4.139 telealunos de 5ª e 6ª séries em Fortaleza e 7 municípios vizinhos. No ano seguinte, o sistema expandiu sua área de ação, incluindo a 7ª série, e o atendimento cresceu para 9.700 telealunos em 29 municípios. Em 1976 foi incluída a 8ª série e o sistema continuou expandindo sua área de atendimento, registrando, então, 34 municípios num total de 12.423 telealunos. 1977 foi marcado pelo crescimento da clientela atendida nessas quatro séries, 13.392, e pelo decréscimo dos municípios com essa modalidade de ensino, somando apenas 32 municípios. Essa situação foi revertida no ano seguinte, 1978, quando o sistema atingiu um total de 40 municípios e 14.810 telealunos.<sup>12</sup>

Dito assim, parece que tudo foi muito fácil, que esse empreendimento não contou com nenhuma reação contrária a sua efetivação. Entretanto, não é isso que diz a Secretária de Educação da época ao destacar que essa é uma *história de muitas lutas* pois houve uma *reação muito grande por parte do professorado.* Esta reação, segundo a professora Rita Facó foi mais acentuada na região de Sobral, Crateús, Tauá, Camocim, Granja. O quadro de reação a esta modalidade de ensino envolve questões diversas que acabam por desembocar na questão do processo de ensino, que reporta-se, diretamente, à ação docente. Essas questões são melhor compreendidas no contexto da proposta pedagógica que subsidiou a ação educativa do Telensino cearense naquela época.

<sup>9</sup> Nessa primeira equipe vale destacar o nome do professor Gerardo Campos, reconhecidamente principal organizador do pensamento pedagógico que embasou a proposta de ensino via televisão do Ceará.

<sup>10</sup> Quando foi inaugurada, a TVE do Ceará estava vinculada à Fundação Educacional do Estado do Ceará - FUNEDUCE.

<sup>11</sup> Salvador (1995, p. 02) destaca: *apesar de, na década de 20, ter sido apresentada o primeiro plano de educação radiofônico, somente em 1971, com a Lei 5.692, a aplicação de meios tecnológicos e a educação a distância são admitidos como alternativa de atendimento na modalidade de ensino supletivo (...). Apenas para esta modalidade de ensino a EAD contou com amparo legal. Os programas destinados ao ensino regular dos diversos graus, recebiam autorização específica dos Conselhos de Educação, sendo classificados na categoria de projetos experimentais.*

<sup>12</sup> Sobre esses dados ver Campos (1983, p. 33).

## O TELENSINO NOS ANOS 70 E 80: PROPOSTA PEDAGÓGICA

Paralelo a todo esse processo de estruturação administrativa físico-financeira e, porque não dizer, político-cultural, desenvolveu-se também toda uma série de esforços no sentido de elaborar, pedagogicamente, a ação educativa escolar da TVE cearense. A elaboração desta proposta pedagógica configurou-se na definição das diretrizes filosóficas fundantes da formação humana desejada, da metodologia de produção e utilização da televisão no ambiente escolar e do papel docente.

Importa destacar que as diretrizes filosóficas da proposta pedagógica do Telensino apresentam-se como o fundamento, primeiro e último, dos demais componentes sobre os quais se estruturou sua ação educativa escolar. Assim, no texto que se segue, apresentam-se as diretrizes filosóficas norteadoras da proposta educativa via televisão, destacando seu eixo de ação. Enfoca-se, então, a organização metodológica da atividade educativa, mostrando como o currículo é estruturado no contexto deste componente curricular que é a televisão. Finalmente, evidencia-se a forma como está concebido o processo de ensino sublinhando, particularmente, o contexto da atividade docente mediante o papel atribuído a este ator social.

### As Diretrizes Filosóficas

Definido o âmbito de ação da TVE, isto é, o ensino regular de primeiro grau maior, a primeira equipe pedagógica do telensino passou a preocupar-se em responder, segundo informa a professora Rita Facó, aos seguintes desafios:

*Que tipo de educação a gente estava realmente querendo, ou seja, que tipo de aluno a gente estava querendo ou poderia formar através de um sistema de teleeducação, através de um meio que massifica e que nós não estávamos, de maneira nenhuma, interessados em massificar? (...) Além disso, nós tínhamos uma grande preocupação: naquela época, em pleno 73, na escola havia um silêncio muito grande dos alunos (...) Então, nós estávamos preocupados com isso; nós queríamos propor um sistema que, além de dar uma terminalidade ao ensino de 5ª a 8ª série, res-*

*gatasse, sobretudo, a palavra desse menino (...) Coincidiu, também, com a euforia da dinâmica de grupo (...) tudo era participação. Então, o momento estava muito efervescente para se aproveitar e voltar a palavra para esse aluno.*

Foi a partir de todos esses problemas que a Televisão Educativa do Ceará foi pensada por sua primeira equipe pedagógica. Desse modo, suas diretrizes, ou seja, seus fundamentos filosóficos foram definidos a partir das respostas encontradas para estes desafios. No manual "Proposta Pedagógica do Sistema de TVE" (FUNTELC, 1983, p. 02) esses pressupostos teóricos encontram-se assim expressos:

*a) a televisão não será apenas um veículo de transmissão de cultura e instrução, mas estará inserida num contexto mais amplo da Educação, atuando como elemento de questionamento e formação do pensamento reflexivo da população a que atende; b) a televisão será um elemento básico da proposta, mas não será tomada como elemento auto-suficiente para o qual os demais componentes deverão convergir; c) a proposta utilizará mecanismos e estratégias que deverão favorecer a participação efetiva do aluno no processo ensino-aprendizagem e a redefinição do papel do educador no processo educacional (grifos nossos).*

Os pontos ressaltados mostram a preponderância do educando na relação pedagógica proposta para o ensino televisivo. As diretrizes filosóficas do telensino, no âmbito proclamado, centram suas preocupações diretamente no educando a partir da mediação de dois agentes educativos: a televisão e o educador. A eleição do educando como centro das preocupações educativas decorreu do reconhecimento, nesse momento, de que a escola estava silenciada, conforme registram os atores aqui entrevistados. Vigorou, aqui, o intuito de resgatar a palavra, a capacidade de reflexão e crítica abafada pelos anos do regime militar. Esse objetivo expressa, por fim, o tipo de homem desejado pelos organizadores iniciais do telensino. Almejava-se um homem crítico, participativo, autônomo, criativo, cooperativo e reflexivo (ibidem).

Nesse sentido, buscou-se uma mediação entre a forma de programa educativo regular via televisão

e a ação docente no contexto deste processo. Essa mediação resultou numa estruturação metodológica abrangente que envolvia desde a organização curricular até a atividade ensino-aprendizagem.

## A Estruturação Metodológica

No tocante à criação do programa educativo via televisão atentou-se para as três etapas básicas que o constituem: a produção, a transmissão e a utilização. A etapa de produção das mensagens didáticas foi orientada, mediante o currículo oficial elaborado pela Secretaria de Educação do Estado, pelos princípios da totalidade, interdisciplinaridade e flexibilidade. Ao comentar o princípio da totalidade Campos destaca a estruturação curricular do Telensino como tendo sido trabalhada

*não como um conjunto de disciplinas estanques, apenas justapostas, mas como um todo, uma estrutura (gestalt). Isto porque o processo de percepção da realidade acontece em três fases fundamentais: o indivíduo vê a realidade de uma maneira global - percepção sincrética. Num segundo momento, ocorre o processo de análise da realidade e numa terceira fase - de síntese - dá-se uma integração de elementos sincréticos e analíticos em uma organização significativa. A aprendizagem escolar é mais efetiva (...) quando o material se organiza e se apresenta de tal forma que permita ao estudante compreender o que tem diante de si, analisar e descobrir as relações entre isso e os outros acontecimentos de sua experiência (1983, p. 42).*

Os princípios da interdisciplinaridade e da flexibilidade concorrem, para efetivar esta percepção totalizante do currículo, inter-relacionando as partes que compõem o todo sem “engessá-la”. Na prática, esse processo se consolida através da etapa denominada “mecânica do processo”, na qual ocorrem: o planejamento das atividades curriculares, a realização dos mesmos na forma televisiva, a emissão das mensagens didáticas, a recepção por parte dos educandos

e docentes e o acompanhamento da supervisão. Todo esse processo foi concebido como um círculo integrado de funções, onde cada uma concorre para a efetividade e eficiência do processo como um todo.

No que toca à recepção, diretamente ligada ao ensino, o *feedback* deveria ser alimentado, principalmente, pela atuação da supervisão pedagógica, acompanhando *in locus* a atividade educativa na escola. Esse fato é claramente destacado no relato da professora Climene Colares de Oliveira, componente da primeira equipe de supervisão do sistema, ao dizer que: *fazíamos um trabalho diário (...) nosso trabalho era diretamente na sala de aula. Supervisora, mas dentro da sala de aula (...) nós fazíamos a ponte entre a escola, os produtores e a produção. Começamos com 14 supervisoras e dávamos cobertura a todas as escolas atendidas pelo sistema.* Segundo a professora, esta sistemática de acompanhamento concretizada através do programa de supervisão pedagógica foi muito presente nos primeiros anos do telensino.<sup>13</sup>

Assim, mediante a estruturação citada, criou-se no Ceará um sistema educativo multimeios com diversos recursos em sua utilização. Esta etapa do programa educativo escolar via televisão foi pensada na forma de uma “recepção organizada”, isto é, recepção estruturada e coletiva da mensagem didática via televisão coordenada por um profissional. Enfim, buscou-se uma forma de utilização que possibilitasse usar a TV para o ensino regular de adolescentes como objeto de ensino para uma educação de sujeitos, conforme diz Campos (1987), ao tentar expressar a intenção fundante dos primeiros idealizadores do telensino. Essa atividade, estruturada na forma de uma recepção organizada, funciona com escolas recebendo a emissão das “mensagens didáticas” ou “teleaulas” através da televisão, que são transmitidas via satélite. Cada “telessala” tem um profissional da educação responsável pelo ensino.

## A Atividade Docente

A terceira diretriz filosófica da proposta pedagógica do telensino preconiza a *redefinição do papel*

<sup>13</sup> Esta professora acrescenta, ainda, que esta equipe atingiu um contingente de 60 supervisoras ao longo dos anos; entretanto, a abrangência do sistema também cresceu. Esse crescimento não se fez acompanhar de uma renovação, em termos de quantidade, do quadro de supervisoras, causando um descompasso na realização dessa tarefa. Atualmente, esse processo de acompanhamento não é mais direto, ele conta com a participação das coordenadoras de telensino de cada CREDE (Centro Regional de Educação).

do educador no processo educacional. Esta prerrogativa é materializada mediante a definição dos seguintes princípios pedagógicos:

a) educador e educando, ambos são agentes do processo educacional; b) a educação é o resultado da atividade e reflexão do educando, assistido e orientado pelo educador; c) toda aprendizagem é auto-aprendizagem, o aluno é um agente importante do processo educativo; d) a educação plena se realiza na prática da liberdade e no exercício da participação; e) os currículos, os programas e os planos propostos pela TVE deverão estar baseados em levantamentos dos hábitos, carências e interesses da população a ser assistida; f) os programas e conteúdos apresentados deverão levar os indivíduos a pensar de forma crítica sua realidade. As contradições serão abordadas e os problemas analisados em suas causas e não apenas descritos os seus sintomas (FUNTELC, 1983, p. 02).

Ao assim conceber a atividade educativa escolar, estes princípios pretendem chamar uma concepção pedagógica centrada no processo construtivo e libertador do ato educativo, invocando claramente os postulados de Paulo Freire como ideário pedagógico. Esta relação com os postulados freireanos é creditada aos princípios de “reflexão” (item e), “prática da liberdade” e “exercício da participação” (item g). Entretanto, vale destacar que esses princípios foram, centralmente, referidos ao educando, conforme mostram os itens “e” e “f”.

Subsidiado por esses pressupostos teóricos, o processo de ensino via televisão foi, então, estruturado. Sua dinâmica de funcionamento ocorre com a teleaula iniciando com uma aula integrada produzida para cada série, abordando, como um todo, os temas a serem tratados durante toda a aula. A aula integrada constitui-se numa “situação geradora”, funciona como um todo a ser explorado na recepção pelos telealunos. Pode ser apresentada em diversas formas: novela, teatro, conto, ficção, musical, poesia, informativa, gênero dramático ou não. Após a emissão da aula integrada, o orientador de aprendi-

zagem desenvolve a percepção dos telealunos. A percepção pode ser entendida como a capacidade de ver o implícito, de interpretar o subjetivo, de obter dados a partir de impressões e sentimentos. O objetivo do orientador de aprendizagem nesse momento é favorecer a reflexão individual e em grupo, provocar o debate em torno de valores, problemas e questões que o tema gerador sugere, visando ao desenvolvimento da consciência crítica do aluno.

Noutro momento, o telealuno assiste ao módulo de conteúdo específico, anteriormente abordado de modo superficial na aula integrada. Após a apresentação do módulo, o orientador de aprendizagem coordena o trabalho de aprofundamento através do questionamento. O questionamento<sup>14</sup> pode ser considerado como o *elemento gerador do pensamento reflexivo e crítico do telealuno. É um meio que permite que o telealuno estabeleça ligação entre os conteúdos apresentados no módulo e sua realidade, suas experiências.* Em seguida, o aprofundamento tem continuidade com o estudo, individual ou em grupo, do manual de apoio,<sup>15</sup> no qual o telealuno encontra o tema em pauta de forma mais aprofundado e exercícios. Normalmente essa seqüência se repete três vezes ao dia (FUNTELC, 1983).

A síntese acima possibilita uma visão articulada sobre como foi pensado, inicialmente, o processo de ensino via televisão e, por sua vez, como foi definida a ação docente. Nesse contexto, a ação docente do orientador de aprendizagem foi definida, por um lado, pela dinamização do processo ensino-aprendizagem e, por outro, pela articulação da experiência do telealuno com os conteúdos curriculares e com a realidade socioeconômica onde estão inseridos. Esta concepção da ação docente no interior da telessala buscou enfatizar a relação interpessoal de telealuno e orientador de aprendizagem como o elemento constitutivo principal do ensino-aprendizagem. A ação docente do orientador de aprendizagem foi assim definida em virtude da compreensão de que este não ensina pois não transmite as noções (estas são transmitidas pela televisão e pelo manual de apoio).

Neste sentido, também compreendeu-se que o domínio de conteúdos específicos mais aprofundados por parte do orientador de aprendizagem poderia ser dispensado como condição básica para a concre-

<sup>14</sup> De acordo com a professora Rita Facó, esse elemento não existia na dinâmica do sistema teleducativo maranhense, tendo sido elaborado especialmente para o Ceará pela equipe pedagógica fundadora.

<sup>15</sup> Como sistema multimeios o telensino utiliza materiais impressos. Estes materiais apresentam-se na forma de um Manual de Apoio (MA), o qual também traz atividades relacionadas com as temáticas trabalhadas.

tização do sua ação educativo-pedagógica, isto é, para o exercício da docência no telensino. Significa dizer que a formação nos saberes específicos de cada área do conhecimento poderia ser dispensada como condição primeira para o exercício da atividade profissional dos docentes que atuam no telensino, posto que o docente não necessariamente precisaria “saber”. Esta seria uma atribuição específica daqueles profissionais que produzem a mensagem didática. Essa posição foi bem enfatizada por Campos (op. cit. p.57), ao dizer que

*na sala de aula, o Orientador de Aprendizagem, confrontando-se com os alunos, deve abster-se de transmitir noções. A televisão já o faz. Nada impede, porém, que ele apresente seus pontos de vista (grifos nossos) uma vez que os problemas devem ser encarados a partir das percepções de todos os receptores. E ele é um deles (...) sua função é, sobretudo, enriquecer e facilitar as trocas.*

Assim, mediante as diretrizes filosóficas orientadora da proposta didático-pedagógica do telensino, concebeu-se a dinâmica do ensino e, conseqüentemente, a ação docente nessa modalidade educativa.

Os anos se passaram e o telensino cearense, fundado nesta concepção da ação docente, expandiu-se por todo o território cearense. Em 1979, quando o telensino já atingia um total de 43 municípios e 15.672 telealunos, aconteceu sua primeira reformulação.<sup>16</sup> Ao falar sobre as reformulações pedagógicas ocorridas, a professora Climene Colares, primeiramente, destaca:

*Vamos observar o seguinte: uma das desvantagens do Telensino é que você não pode estar todo ano renovando o seu trabalho, você não pode estar inovando o trabalho e o mundo é muito dinâmico. As coisas mudam e você não tem condição porque isso implica em muito dinheiro. Uma reforma implica em muito di-*

*nheiro. E a gente vai, por exemplo, pondo espaços. A nossa idéia é que cada produção desta, que cada reforma, ela perdure por uns cinco anos. Então com cinco anos a gente sente que já está tudo ultrapassado, já estamos devendo muito de novo para os alunos.*

Ao assim dizer, a referida professora detém-se nas reformulações ocorridas, dizendo:

*A primeira reforma aconteceu entre os anos 79 e 80, em todas as séries, roteiros, teleaulas e manual de apoio. Neste intervalo, até o ano de 84, se ia fazendo atualizações, não significava grandes alterações mas, por exemplo, as mudanças que ocorriam na história do país, do mundo. Então, aquele aspecto era alterado tanto nas aulas da televisão como nos manuais. Depois houve outra grande reforma, entre o ano de 84 a 86, envolvendo todas as séries. Entre 89 e 90 nós tivemos também uma revisão para ver questões de pequenas alterações; não foi uma grande reforma, foram pequenas alterações.*

O relato acima mostra que as “reformulações” ocorridas ao longo desses anos detiveram-se no aspecto curricular e técnico da produção das mensagens didáticas, não incidindo sobre os princípios pedagógicos definidores da ação docente na telessala.

## **O TELENSINO NOS ANOS 90: CAMINHOS DA AÇÃO DOCENTE**

Na década de 90,<sup>17</sup> a política educacional do Ceará proclama sua consonância com os resultados da Conferência de Educação Para Todos, realizada na Tailândia, no primeiro ano do decênio. Esse encontro definiu como meta precípua da educação mundial o atendimento das “necessidades básicas de aprendizagem”.<sup>18</sup> Nesse sentido, as diretrizes políticas que movimentam as ações da Secretaria de Edu-

<sup>16</sup> Nesse período, a TVE-Canal 5 é desmembrada da FUNEDUCE, sendo criada a Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC, através do Decreto n.º 13. 264 de 1º de julho. Governava o Ceará o coronel Virgílio Távora, Manuel de Castro era o vice.

<sup>17</sup> Os anos 90 são marcados pelos governos mudancistas, consubstanciados nas gestões Tasso Jereissati e Castelo Branco (87-91), Ciro Gomes e Lúcio Alcântara (91- 94) e Tasso Jereissati e Moroni Torgan (95-98).

<sup>18</sup> De acordo com o documento da “Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos”, as necessidades básicas de aprendizagem *compreendem tanto os instrumentos fundamentais da aprendizagem (a alfabetização, a expressão oral, a aritmética e a solução de problemas) quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, capacidades, valores e atitudes) de que necessitam os seres humanos para sobreviver, desenvolver plenamente suas possibilidades, viver e trabalhar dignamente, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar sua qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo* (PNDU et alli, 1990).

cação do Estado passaram a enfatizar, principalmente, o acesso e o sucesso escolar (Plano Decenal de Educação do Ceará, 1994, p. 46). Oficialmente proclama-se que a democratização da escola pública passa pela via do acesso (quantidade) e pela via do sucesso escolar do aluno da escola pública (qualidade). O acesso diz respeito a oportunidades reais de ingressar na escola e reporta-se a oferta de vagas no ensino público; o sucesso escolar refere-se à aquisição dos conhecimentos necessários à vida social contemporânea.

Diante desse contexto, uma das estratégias empreendidas pela ação governamental cearense foi (e continua sendo), por um lado, a expansão da rede de ensino via televisão. Este fato está em destaque no *Plano Decenal de Educação Para Todos do Ceará* (1994, p. 40), afirmando ser este sistema de ensino uma prioridade na ampliação das oportunidades escolares do Estado; por outro lado, buscou-se apoio político-pedagógico nos postulados da pedagogia histórico-crítica e nas contribuições da teoria construtivista (SEDUC, 1995).

Neste período, o telensino configura-se, progressivamente, como um sistema de formação responsável por uma grossa fatia da demanda educacional pública de 5ª a 8ª série do Estado. São 44.542 telealunos e 81 municípios em 1990. No ano seguinte, registra-se um crescimento de 10,57%. Em 1993, atinge 150 municípios num total de 102.173 telealunos. Em 1994, abrange o total de 161 municípios, atendendo 174.289 telealunos. O ano de 1995 registra um decréscimo no número de municípios (157) atendidos, mas sua clientela chega a marca de 195.559 telealunos. Esse atendimento cresce no ano de 1996, totalizando 174 municípios, 204.225 telealunos, distribuídos em 1.642 unidades escolares, ocupando mais de 40% da oferta de vagas nas escolas públicas cearenses (estadual e municipal).<sup>19</sup> Todo esse universo abrange um total de 7.129 orientadores de aprendizagem.

Quanto à qualificação desses profissionais, vale destacar que, no tocante à escolarização, esta é bastante variada. Do total de 7.129 orientadores de aprendi-

zagem, 77% têm apenas o 2º grau, sendo que 46% possuem habilitação para o magistério e 31% têm outra formação. Os 23% restantes apresentam-se com formação superior, sendo que apenas 17% destes são portadores de licenciatura (SEDUC, 1997). Acerca desse quadro, recente pesquisa de avaliação do sistema confirma a suspeita de que no interior do Estado o contingente de orientadores de aprendizagem tem, em sua maior parte, o 2º grau. Essa pesquisa ressalta, ainda, que após 1993, ano de maior expansão do telensino, cresceu elevadamente o número de orientadores de aprendizagem “prestadores de serviço” e “sem contrato”, carreando maior frequência de anos de experiência no telensino no intervalo de 1 a 5 anos (FUNTELCc, 1995).

Diante desse quadro do crescimento do telensino nos anos noventa, é possível afirmar que este configura a concretização das intenções governamentais de utilizar o telensino como estratégia de expansão do acesso ao ensino de 1º grau maior. Essa expansão, acelerada e obrigatória, foi convencionalmente chamada de “universalização” do telensino.<sup>20</sup> Sobre esse momento o relato da professora Rita Facó é muito rico e esclarecedor<sup>21</sup>:

*Aí veio a universalização. Isso foi em 1993. A universalização foi uma decisão, novamente, puramente governamental (...) da secretária de educação (...) Os técnicos da Secretaria de Educação eram contra. Nós éramos contra. Nós ensaiamos greve na televisão para não implantar (...) Tomou-se, então, a decisão de implantar a 5ª série. Tudo bem. Nós fomos contra, mas aceitamos porque era só uma experiência. A gente universaliza a 5ª e 6ª série e deixa a 7ª e a 8ª livre para a terminalidade do professor que quiser ensinar a sua disciplina, respeitando a problemática do professor (grifo nosso). Isso era o que nós pensávamos, mas nós não tivemos voz para chegar até lá. Nesse processo coincidiu com a época... quer dizer, desde o primeiro governo Tasso que foi proibida a*

<sup>19</sup> Esses dados têm como fonte o quadro Demonstrativo da Evolução do Sistema de Teleeducação do Ceará - 1974/1995, e o Projeto: Curso de Língua Portuguesa e Matemática para Orientador de Aprendizagem, ambos da SEDUC/Coordenadoria de Educação à Distância, 1997.

<sup>20</sup> O Ceará era governado nesta época por Ciro Ferreira Gomes. A pasta da educação era responsabilidade da Sr.ª Maria Luíza Chaves.

<sup>21</sup> O termo “esclarecedor” está colocado aqui numa atitude bastante enfática porque, de acordo com as informações da atual Coordenadora do departamento de educação a distância, Sr.ª Osvaldina Alcântara, não se sabe de nenhum documento oficial registrando essa decisão.

*contratação da professora. Então, qual foi a estratégia? Começou-se a transformar professores do sistema convencional em professores de televisão. Uma coisa é eu fazer um concurso por opção. Outra coisa é, contra minha vontade (...) de repente, eu me tornar uma professora polivalente (...) Então, o que a secretária fez? No segundo ano (...) ela implantou, de uma vez só, a 6ª, 7ª e 8ª série.*

Essas informações, além de explicarem a rápida expansão do telensino nesse período, são sintomáticas da pouca preocupação das autoridades governamentais com as implicações desta modalidade educativa para a atividade docente. Mesmo no meio dos especialistas diretamente ligados a essa sistemática de ensino, a questão, ao que parece, não é sentida em toda a amplitude. O trecho que ora se mencionou deixa transparecer a idéia de que nas duas últimas séries do primeiro grau haveriam problemas maiores para a ação docente no ensino via televisão.

Também é no quadro da “universalização” do telensino que acontece a transferência administrativa entre os setores ligados à coordenação pedagógica das atividades televisivas e os setores responsáveis por sua produção técnica. A esse respeito a Coordenadora de Educação a Distância da Secretaria de Educação do Estado do Ceará esclarece:

*Nós vivemos essa transição desde 1993, ela começou com a universalização do telensino e daí veio a desligamento (...) não um desligamento, mas uma relação diferente entre a Secretaria de Educação e a FUNTELC. Como? A secretária de educação sempre financiou o Telensino na parte didática e na parte de realização. Aquela parte de televisão, de produção, de edição, sempre foi responsabilidade do outro parceiro que era a TVC. Então, a TVC se torna FUNTELC e aí a Secretária de Educação firma um convênio, cada um dos parceiros tem parte nisso; um responsável pela despesa e pelo quadro de pessoal, que é o pedagogo, o especialista em língua, em outras disciplinas, e a FUNTELC tem seus especialistas, que são seus especialistas na linguagem de comunicação televisiva. Então a lei que*

*foi votada em agosto ela transfere toda essa parte, ela normatiza toda essa parte de educação (...) Com a implantação dessa lei a secretária assumiu de vez todo o pessoal técnico pedagógico.<sup>22</sup>*

Portanto, os anos 90 caracterizam-se pela rápida expansão do Telensino e pela dissociação entre a esfera da produção pedagógica e o âmbito da produção técnica da ação educativa do sistema. Esta separação significa, em termos práticos, que todas as decisões pedagógicas (currículo, planejamento das atividades, elaboração e produção de materiais, etc.) são pensadas por um grupo que se vincula, física e administrativamente, à Secretaria de Educação do Estado, enquanto o grupo técnico, responsável pela produção do conteúdo curricular em linguagem televisiva, está vinculado à Fundação de Teleducação/FUNTELC.

Todo este processo estimulou o afastamento de muitos profissionais experientes, culminando com uma série de grandes dificuldades no que diz respeito, principalmente, à continuidade da reformulação iniciada em 1994 com a 5ª série. Esta reformulação, que termina em 1997, haja vista que para cada série foi dedicado um ano, está sendo assegurada atualmente pelos serviços da cooperativa Ágora, formada por muitos dos ex-profissionais que compunham a equipe da FUNTELC. A reestruturação administrativa da atividade teleducativa cearense, que incide diretamente sobre a produção de toda a sistemática técnico-pedagógica do telensino, parece expressar o acirramento da perspectiva de fragmentação das atividades produtivas.

## **A Proposta Pedagógica nos anos 90: Os Caminhos do Caminho**

Assim, é no contexto desses acontecimentos que se sucede a atual reforma do telensino. Esta reforma focaliza sua atenção tanto no currículo, isto é, na renovação dos conteúdos e na produção de novos materiais impressos, quanto na organização metodológica do funcionamento da dinâmica de ensino. As “reformulações” que ocorreram ao longo desses anos, até mesmo esta última, não incidiram

<sup>22</sup> A lei a que se refere a Coordenadora de Educação a Distância da SEDUC é a Lei n.º 12.613, de 7 de agosto de 1996, autorizando o Poder Executivo a transferir da FUNTELC para a SEDUC todas as atividades ligadas à pesquisa e à educação a distância.

sobre as diretrizes filosóficas definidoras dos princípios pedagógicos que orientam a atividade de ensino televisivo. Esta afirmativa confirma-se na literatura oficial sobre os fundamentos do sistema de TV (FUNTELCd, 1993, p. 08):

*Assim, à medida que se tentava e, ainda hoje, se tenta encontrar respostas e saídas para as questões e desafios apresentados e à medida que essas respostas iam ou vão sendo tomadas como diretrizes norteadoras do sistema, porque guardam coerência com os princípios filosóficos (grifo nosso), a proposta didático-pedagógica do sistema de teleducação do Ceará vai sendo delineada e consubstanciada, não como uma referência teórica pronta e acabada mas como uma proposta que se tenta construir a partir do binômio AÇÃO-REFLEXÃO.*

Reafirmam-se, como é possível perceber, os princípios filosóficos que embasaram a estrutura didático-pedagógica do telensino quando este foi criado. Do mesmo modo, também reiteram-se os princípios definidores do tipo de homem pretendido com a ação educativa do sistema, quais sejam, a participação, a reflexão, a criticidade, a criatividade, a cooperação e a autonomia. Portanto, nos anos 90, a proposta pedagógica do telensino é orientada pelas mesmas diretrizes filosóficas, isto é, ratifica-se a centralidade do processo educacional na figura do telealuno. Esta polarização é acentuada pela atribuição de uma grande responsabilidade ao aluno na aprendizagem; como agente primeiro e último de sua educação.

## **A Organização Metodológica**

Este período assiste, a partir da reforma iniciada em 1994, à exclusão da aula integrada. Ao falar sobre a exclusão da aula integrada, a Coordenadora de Educação a Distância, setor ao qual se encontra atualmente vinculado o telensino na SEDUC, explica:

*Ela se deu por diversos motivos: técnicos e metodológicos. Metodológico em função de uma solicitação dos professores de que a dinâmica de grupo precisa de um tempo maior, uma aula de 50 minutos não dá conta. (...) É o momento da percepção que é muito dentro da gestalt, tá lá no Rogers. Hoje isso tá um*

*pouco...essas idéias estão mais para cá (grifos nossos (...)) A aula integrada, que seria o momento maior da gestalt, em que você via tudo que iria acontecer durante o dia e depois você vinha para as partes, em cada matéria, ela foi retirada. Foi retirada por quê? Quase como uma exigência dos orientadores de aprendizagem (...) O que eles achavam? Que nem sempre se garantia a qualidade da aula integrada (...). A gente fazia no jardim da TVC (...) sem condições de fazer externas. As externas que a gente fazia era desse tipo (...) E aí eles diziam: "o programa não é de boa qualidade e o tempo que nós precisamos é tomado pela aula integrada".*

O manual Fundamentos do Sistema de TV, de 1993, ainda traz esse componente curricular como integrante da dinâmica de funcionamento do telensino. Este fato parece indicar que, até este ano, a aula integrada teve uma certa existência, talvez não com a mesma expressão de seu princípio. Ao comentar sobre a aula integrada, a professora Rita Facó faz o seguinte destaque:

*para essa reforma nós tivemos um problema interessantíssimo (grifo nosso) (...) nós estávamos observando que os meninos estavam tendo um desenvolvimento da linguagem oral muito grande, mas a escrita deixava a desejar. Então nós nos perguntamos por que isso estava acontecendo (...) nós começamos a perceber, nós da Língua Portuguesa, que a estrutura da palavra escrita é uma, a estrutura da palavra oral é outra; são estruturas diferentes e que, logicamente, o sistema estava desenvolvendo mais a estrutura da linguagem (...) e que nós precisávamos, então, repensar a nossa estratégia, sobretudo, o problema da leitura de textos, não só da leitura da imagem.*

Note-se aqui, apesar de se sentir uma lacuna no processo de formação dos telealunos, esta é atribuída à ênfase dada ao *resgate da palavra* deste na sistemática metodológica, objetivo central do telensino no momento de criação. De certo modo, pode-se dizer que, apesar do reconhecimento, nesse momento, de que há dificuldades de aprendizagem por parte dos telealunos, essas dificuldades não são associadas (pelo menos explicitamente) à particula-

ridade da atividade docente na telessala. Procura-se, pois, uma explicação no limite dos princípios orientadores das atividades operacionais que definiram a estruturação curricular do telensino no momento de sua criação.

Nesse sentido, busca-se uma adaptação aos ideários pedagógicos mais contemporâneos, conforme deixou entrever anteriormente a fala da Coordenadora de Educação a Distância da SEDUC ao assinalar que: *hoje isso tá um pouco...essas idéias estão mais para cá*. Este “mais para cá” é melhor explicado posteriormente quando ela destaca que: *com o advento, o olhar para o construtivismo, já saindo dessa perspectiva da educação libertadora, houve uma tentativa de adaptação do sistema a isso*. Em seguida, a coordenadora esclarece qual seria a orientação tomada nessa adaptação. Diz ela: *nesse ponto, tem muito do construtivismo, do homem construindo seu conhecimento e o homem se descobrindo*. Seguindo esse raciocínio, indica, ainda, que a relação educador e educandos proposta pelo telensino é contributiva desta perspectiva ao concebê-los como agentes da aprendizagem, explicando assim essa concepção: *O que é o orientador de aprendizagem? Qual é a nossa proposta de orientador de aprendizagem? Não é o que sabe, mas o que ajuda o aluno a aprender e aprende com ele*.

Para demonstrar esse movimento de adaptação na prática a Coordenadora de Educação a Distância cita a sistemática de avaliação do telensino que inclui, além das Aps,<sup>23</sup> uma ficha de desempenho<sup>24</sup> do aluno. Essa ficha de desempenho, que existe desde a criação do telensino, foi reformulada centrando sua atenção nos aspectos não cognitivos da aprendizagem.<sup>25</sup> Esses aspectos, segundo a Coordenadora de Educação a Distância, o orientador de aprendizagem só vai poder saber através da ficha de desempenho.

*É o aluno que se auto-avalia, é o grupo que o avalia, que vai dizer do desempenho dele*.

Aqui cabe ressaltar os resultados do relatório: *Avaliação do Telensino do Ceará - 1995*<sup>26</sup> sobre a aprendizagem dos telealunos, haja vista que este se relaciona com os problemas em estudo neste trabalho - o saber docente. Esse relatório destaca a opinião de diretores escolares e orientadores de aprendizagem acerca do rendimento dos telealunos.<sup>27</sup> A maioria dos diretores pesquisados acha o rendimento escolar dos telealunos *bastante favorável*, situando-o entre 70% a 90%. Os orientadores de aprendizagem pesquisados, por sua vez, também fazem uma apreciação bastante positiva da aprendizagem dos telealunos, situando-a num *patamar de Bom e Muito bom, ou seja, entre 70 e 90%* (FUNTELC, 1995, p. 26).

Entretanto, ao final desse relatório, no item “Desempenho dos Telealunos em Português e Matemática”,<sup>28</sup> encontra-se a seguinte observação: *os resultados se revelam muito baixos, não ultrapassando, em qualquer situação, os 20% de acertos nas provas*. Mais adiante é feita uma ressalva acerca desses resultados e das apreciações dos diretores e orientadores de aprendizagem pesquisados (ibidem, p. 44). Diz o relatório:

*Dentro da análise a ser feita julga-se importante conferir os procedimentos avaliativos utilizados pelo O. A. de vez que podem estar concorrendo para a distorção já antes aludida. Além disso, a auto-avaliação praticada pelos telealunos pode estar lhes superestimando os resultados escolares, levando diretores e orientadores de aprendizagem a presumirem um rendimento irreal (acima de 70%) (ibidem, p. 45).*

<sup>23</sup> As Aps apresentam-se como uma avaliação de natureza somativa e estão divididas em duas etapas: AP1 e AP2. A avaliação Parcial 1 é elaborada e aplicada pelo orientador de aprendizagem. A Avaliação Parcial 2 é elaborada pelos professores-autores e aplicada via emissão televisiva. Ambas são corrigidas pelo orientador de aprendizagem.

<sup>24</sup> A ficha de desempenho é um instrumento utilizado para que o telealuno se avalie, devendo ser aplicada de dois em dois meses. A auto-avaliação é dirigida por questões envolvendo sete princípios: participação, reflexão, criticidade, criatividade, cooperação, autonomia e compromisso (veja anexo L).

<sup>25</sup> Essa reformulação começou em agosto de 1991 a partir da constatação, *após as leituras, debates e aprofundamento das idéias do professor Cipriano Carlos Luckesi*, de que *a avaliação da aprendizagem realizada no Telensino não passava de uma verificação, sem maiores conseqüências, e por isto tornava-se classificatória, punitiva e até certo ponto incoerente com a proposta pedagógica do próprio sistema, que prevê a formação de sujeitos autônomos e participativos* (FUNTELCd, 1993, p. 66).

<sup>26</sup> Essa avaliação, coordenada pela professora Maria Lúcia Lopes Dallago, integra uma das metas contidas no Plano Estratégico da FUNTELC para o quinquênio - 1995 a 1999.

<sup>27</sup> Essa pesquisa entrevistou um total de 186 diretores e 369 orientadores de aprendizagem (Cf. FUNTELC, 1995).

<sup>28</sup> Aqui, é necessário assinalar que a verificação desse desempenho desenvolveu-se através da aplicação de provas similares às aquelas aplicadas na telessala no período regular de aula (Cf. FUNTELC, 1995).

Mais uma vez, constata-se uma lacuna no rendimento do telealuno; entretanto, esta não é associada, nem mesmo pelo próprio orientador de aprendizagem, à epistemologia preconizada para a atividade docente.

## A Atividade Docente

No plano pedagógico, os princípios filosóficos da proposta educativa do telensino são ratificados nos anos 90. A educação é tomada como resultante da ação-reflexão, visando, muito mais, destacar o papel "ativo" do educando neste processo do que uma construção conjunta entre educador e educando, haja vista que a aprendizagem é concebida como uma "auto-aprendizagem". O orientador de aprendizagem, por sua vez, é concebido como um *agente dinamizador do processo de aprendizagem* (FUNTELCd, 1993, p. 26), recebendo atribuições bastante definidas. A atividade docente é, portanto, concebida prescritivamente, havendo pouco espaço de liberdade e de autonomia.

A abordagem dada ao planejamento das ações educacionais na literatura oficial evidencia, mais claramente, essa noção de *agente dinamizador do processo de aprendizagem*, explicitando bem o campo da ação docente na telessala. Ao tratar deste tema, o manual do curso de capacitação para orientador de aprendizagem destaca que o mesmo, como qualquer outro educador, também deve planejar sua atividade. Entretanto, *o que muda em seu trabalho é apenas "o que planejar", pois não lida só com conteúdos específicos, mas com estratégias e recursos variados* (FUNTELCb, 1993, p. 14). Esta noção de planejamento da atividade docente do orientador de aprendizagem restringe o âmbito de sua ação a aspectos puramente técnicos, ao âmbito dos meios, ou seja, de definição das estratégias de ensino adequadas ao favorecimento de um ambiente estimulador da aprendizagem do telealuno.

Acrescente-se a este caráter da atividade docente pensada para o orientador de aprendizagem, a padronização do processo ensino-aprendizagem mediante, principalmente, um esquema estável de ações a cumprir (estar na telessala antes de começar a emissão televisiva, assistir à teleaula, desenvolver a percepção, o aprofundamento, entre outras). Estas ações são fixas (a mesma em qualquer situação do ensino-aprendizagem, isto é, a mesma em português, em matemática, em ciências, etc.), seqüenciadas e delimitadas dentro de um

espaço de tempo estável (pois o início da emissão da mensagem didática não é regulado pelas contingências da sala de aula). Além disso, a padronização do ensino-aprendizagem pressupõe que a relação interpessoal entre orientador de aprendizagem e telealunos, a partir da transmissão dos conteúdos via televisão, seja suficiente para garantir a aprendizagem dos conhecimentos escolares.

Neste contexto, as implicações epistemológicas que a proposta teleducativa coloca para a atividade docente ainda não são vislumbradas, nem pelos técnicos da Secretaria de Educação (ao menos explicitamente), nem pelos orientadores de aprendizagem, com a devida clareza. O arrefecimento da relação dessa categoria profissional com o campo do saber e, em última instância, com a produção da ciência - principal força produtiva deste final de século - é, de longe, uma questão sentida, mas não compreendida em toda a amplitude. Assim, ao que parece, o telensino chega ao final dos anos 90 com os mesmos postulados filosóficos que orientaram sua criação em meados dos anos 70. Diante de todos os elementos expostos, pode-se dizer que, ao longo destes anos, este sistema apresenta uma dupla face: por um lado, *postula* uma ação educativa integrada, crítica e criadora; por outro, estrutura o ensino de modo fixo, estável, definido, *a priori*, em todas as instâncias.

## CONVERSANDO SOBRE A AÇÃO DOCENTE AO LONGO DESTA HISTÓRIA...

O contorno histórico esboçado acima evidenciou, a partir dos pressupostos filosóficos, metodológicos e pedagógicos que o eixo epistemológico da ação educativa no telensino, tanto em seu princípio como nos dias de hoje, encontra-se polarizado em um de seus agentes: o telealuno.

Becker (1993), entrando nesta discussão, destaca que o eixo epistemológico da ação educativa escolar pode ser movimentado em três direções: do professor, do aluno ou das relações entre professor e aluno. Segundo esse autor, uma pedagogia centrada no professor, que dá prioridade à transmissão do conhecimento, considera o sujeito da aprendizagem, em cada nova etapa, como uma *tábula rasa*. *Este modelo encontra apoio na psicologia, no associacionismo em geral, no behaviorismo e no behaviorismo, de Watson a Skinner, em particular. Sua fundamentação epistemológica é fornecida pelo empirismo* (p. 09).

Por sua vez, na pedagogia centrada na relação, professor e alunos trazem sua bagagem para a sala de aula. São bagagens diferenciadas que entram em relação. Este modelo encontra suporte na *psicologia genética de Piaget, na obra pedagógica de Paulo Freire, em pedagogia de fundamentação marxista: na psicologia do desenvolvimento de Vigotsky, em Gramsci, Wallon*, sendo que sua fundamentação epistemológica encontra-se no interacionismo do tipo construtivista (p.12).

Becker, ao referir-se à pedagogia centrada no educando, alerta para o fato de que esta perspectiva atribui a este qualidades que ele não tem, tais como: o domínio do conhecimento sistematizado em determinada área, capacidade de abstração suficiente, especialmente na área de atuação específica do docente, volume de informações devidamente organizadas, entre outras. Esse mesmo autor ainda acrescenta que:

*o suporte deste modelo é dado, na psicologia, pela obra de Carl Rogers, pelos mentores da escola nova e por caminhos mais difíceis de mostrar, pela psicologia da gestalt. Apesar das mesclas empiristas, como é o caso de Rogers, sua fundamentação epistemológica é dada pelo apriorismo - inatista ou maturacionista<sup>29</sup> (ibidem, p.10).*

Observando com atenção os princípios pedagógicos orientadores do ensino na televisão educativa cearense, será possível verificar uma tentativa de mesclagem entre a abordagem epistemológica empirista e apriorista. Essa tentativa se expressa ora na focalização das "potencialidades" do aluno, ora na preocupação com a contextualização dos temas de estudo à prática social dos educandos. Esse deslocamento, ao que parece, propiciou a convivência mais ou menos "acomodada" entre a perspectiva progressista de conduzir a aprendizagem e a perspectiva tecnicista de organizar a atividade escolar, isto é, o ensino. Esta concepção parece entender a ordem pedagógica na qual se desenvolve o ensino como algo estável e funcional, onde o desempenho eficaz e eficiente de funções diversificadas garante o alcance do fim precípua do ensino: a auto-aprendizagem. Quer dizer, à televisão cabe transmitir a mensagem didá-

tica; ao orientador de aprendizagem, dinamizar as interações entre os telealunos, entre estes e a mensagem didática emitida pela televisão e o contexto social mais amplo e, por fim, entre os telealunos e ele próprio; ao telealuno cabe, mediante todas estas interações, construir sua aprendizagem.

A atividade de ensino é, portanto, reduzida a uma seqüência de etapas controláveis mediante a aplicação de técnicas. Este dimensionamento da atividade de ensino reduz, por conseqüência, a ação docente do orientador de aprendizagem ao mero cumprimento de sua função de dinamizador. Este, como ator social, tem sua ação definida em termos de função, concebida a partir do cumprimento das normas e valores institucionalizados pelo sistema escolar televisivo.

Neste contexto, a ação docente deste sujeito fica restrita à manipulação das estratégias de ensino. Desse modo, os saberes por ele movimentados parecem visar, primeiramente, à garantia da ordem sistêmica do ensino. Esta perspectiva apóia-se na noção, anteriormente explicitada, de que a atividade humana racional se apresenta como aquela em que os atores utilizam os conhecimentos disponíveis para aplicá-los ao controle de sua própria ação em benefício do alcance dos fins comuns.

Desse modo, se é certo que o orientador de aprendizagem deve ser, em única instância, um dinamizador do contexto interativo; se também é correto afirmar que esta ação deve se preocupar, principalmente, com a garantia da ordem pedagógica da telessala; se o ensino é concebido como um todo orgânico e funcional, também se pode inferir que o reino da ação técnica é aqui apontado como o espaço primordial da ação pedagógica e, por conseguinte, da atividade docente no telensino, na medida em que esta é concebida, essencialmente, sobre o plano dos meios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Fernando. *A Epistemologia do Professor. O cotidiano da escola*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- CAMPOS, Gerardo José. *Televisão - Objeto de Ensino Para Uma Educação de Sujeitos*. Dissertação de Mestrado, UFC, Fortaleza, 1983.

<sup>29</sup> O apriorismo acredita que as condições de possibilidade do conhecimento são dadas na bagagem hereditária, de maneira inata ou submetida à maturação.

- CEARÁ. *Plano Decenal de Educação do Ceará*. Fortaleza, 1994.
- FUNTELC. "Demonstrativo da Evolução do Sistema de Teleeducação do Ceará - 1974/1995". Fortaleza, 1997 (mimeo).
- FUNTELC. "Proposta Pedagógica do Sistema TVE". Fortaleza, 1983 (mimeo). FUNTELCb. *Curso de Formação de Orientadores de Aprendizagem*. 3ª Unidade- Capacitação. 1ª ed., Fortaleza, 1993.
- FUNTELCc. *Avaliação do Telensino do Ceará - 1995*. Fortaleza, 1995.
- FUNTELCd. *Fundamentos do Sistema da TVE*. Fortaleza, 1993 (Coleção Conhecendo o Sistema TVE).
- SAVIANI, D. *O Ensino público e Algumas Falas sobre a Universidade*. São Paulo: Cortez, 1984.
- SEDUC. Projeto Curso de Capacitação em Língua Portuguesa e Matemática para Orientador de Aprendizagem. Fortaleza, Coordenadoria de Educação a Distância, 1997.